

CULTURA(S), IDENTIDADE(S) E DESENVOLVIMENTO NUMA PEDAGOGIA DE PROXIMIDADE

Ernesto Candeias Martins¹

Resumo

Na sociedade actual dá-se muita atenção à abordagem dos problemas sociais, culturais, educativos e de desenvolvimento económico e social ao nível comunitário (comunidade territorial, comunidade local e/ou regional). Sabemos que a comunidade é a tradição mais viva na organização social. De facto, a tradição comunitária está destinada a perpetuar o modo de produção e de vida (relações de convivência) apoiada em valores, tais como a solidariedade, a igualdade de direitos, a cooperação e a participação colectiva. O autor trata de analisar os conceitos que estabelecem uma interacção dinâmica, como são o de 'identidade', 'cultura' e 'comunidade', aprofundando o papel, as relações e as colaborações das autarquias e das instituições sociais com outros agentes comunitários no desenvolvimento (local) e inovação, com o tecido empresarial e com as políticas sociais e culturais. Hoje em dia não tem sido objecto de investigações os aspectos determinantes do desenvolvimento, incluindo a vertente tecnológica, de modo a dar rumo ao progresso e à identidade das comunidades territoriais locais ou regionais.

Palavras-Chave: identidade; desenvolvimento; civilização, cultura, comunidade territorial; participação comunitária.

Partindo de questões prévias

A história moderna e, especialmente, a europeia marcou o desenvolvimento e a consolidação dos estados (estado-nação), onde a identidade nacional foi o 'modus operandi' na construção de identidades colectivas desde o século XVIII-XIX. O tempo histórico, os direitos sociais e políticos associaram-se à ideia de cidadania e educação cívica (época liberal e republicana) apoiando-se no sentido de pertença ou vínculo social do indivíduo à comunidade, que coincidiu com a unidade política que assegurava a homogeneidade cultural e identitária de todos os seus membros (Audigier, 1999; Smith, 1991; Thual, 1995).

Este cenário foi-se submetendo, pouco a pouco, a mudanças ao longo das últimas décadas devido, por exemplo, à globalização, à transnacionalização, aos fluxos migratórios, que originam novas situações que fizeram que os estados e as nações deixassem de ser identidades únicas para serem plurinacionais e multi-étnicas com divergências territoriais, através de movimentos e conflitos locais. Tudo isto fez questionar a utilidade do Estado - Nação soberano, para passar a um modelo anacrónico para resolver problemas, mas também com a necessidade de saber criar novas estruturas políticas e institucionais que satisfaçam as expectativas da comunidade e dos seus cidadãos (Zijderveld, 1972).

Actualmente dá-se muita atenção à abordagem dos problemas sociais, culturais, educativos e de desenvolvimento económico e social ao nível comunitário (comunidade territorial, comunidade local e/ou regional). Sabemos que a comunidade é a tradição obstinadamente mais viva

¹ Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco

na organização social. A tradição comunitária está destinada a perpetuar o modo de produção e de vida (relações de convivência) apoiada em valores, tais como a solidariedade, a igualdade de direitos, a cooperação e a participação colectiva.

Esta forma comunitária de produção e de vida, que parece perder-se por essa Europa fora, funda-se na solidariedade, na relação de pertença e identidade cultural e histórica, nos vínculos e colaborações e, também, nos conflitos. É nesta dimensão de gestão integrada ao nível comunitário que se poderá encontrar o potencial de desenvolvimento (capital social e humano), de progresso e de inovação (Borja y Castells, 1999; Bruni, 1999).

Nos últimos tempos, os municípios têm tido normativas jurídicas ou legislativas, que lhes possibilitam intervir, dentro do quadro legal das suas atribuições e competências, em vários sectores da vida pública, em matéria social, económica, cultural e educativa, assim como nos apoios financeiros aos projectos estratégicos de desenvolvimento local, em diversas áreas. É neste contexto que, de forma global, os municípios e as autarquias assumem uma maior intervenção, apesar das diversas desigualdades existentes (zonas rurais e urbanas, assimetrias geográficas regionais), que obrigam a uma certa prudência no papel que desempenham na evolução cultural e socioeducativa [2].

Alguns estudos sociológicos (Berger, Bauman, Beck, Luckman) expressam que a passagem à modernidade fez que a identidade mudasse na sua natureza, adquirindo características próprias que devem ser analisadas conjuntamente com as reacções geradas pelas próprias mudanças. A problemática da 'identidade' na era (pós) moderna é um facto cultural relevante, de tal modo que constitui uma das ideias força no nosso tempo, associando-se à noção de 'cultura' e 'comunidade' e, paralelamente ao de 'desenvolvimento' (Martín, 1981). Assistimos, com ou sem crises, a uma explosão de identidades e culturas no marco da multiculturalidade e das comunidades culturais (Bauman, 1991 e 2002; Kymlicka, 2001).

Todos reconhecemos a necessidade de uma visão a médio prazo num mundo que se transforma e evolui rapidamente. Se aplicarmos a metáfora do filósofo Gaston Berger, que para conduzir um automóvel de noite se precisa de uns bons faróis que iluminem bem à distância que percorremos para irmos a uma velocidade adequada, mas se está nevoeiro ou chuva mais qualidade necessitamos dessa luz, enquanto a velocidade de um cavalo ou de uma carroça precisa apenas de uma lanterna para iluminar o mesmo caminho. Neste mundo global em mudança permanente haverá que estudar o ritmo dessas mudanças na sociedade, numa perspectiva a médio prazo (Berger & Luckmann, 1997).

Devemos manter parcerias (protocolos) com fins exclusivamente económicos? Ou devemos de forma sustentável estabelecer parcerias mais alargadas com finalidades sociais, educativas, culturais e mistas nessa perseguição de bem-estar e de formação dos cidadãos a que estão destinados as comunidades territoriais, por exemplo, ao nível local/regional?

Esta é uma das questões que iremos tratar, ou seja, é possível a ideia de comunidades territoriais, num modelo de parcerias e cooperação conjunta, em que a sustentabilidade entre os diversos fins e planos estratégicos relacionados com o desenvolvimento, a formação e o bem-estar no cenário complexo com que se nos depara a sociedade do conhecimento, da informação ou digital, oriunda de uma contemporaneidade em que o horizonte axiológico é nebuloso (Bauman, 2001; Beck, 1998).

[2] Em 2000 a Cimeira das Nações Unidas 'Objectivos do Milénio' pretendia reduzir para metade até 2015, a pobreza extrema (erradicação da pobreza e da fome), conseguir um ensino primário universal, promover a igualdade de género e a autonomia da mulher, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materno-infantil, combater determinadas doenças, como por exemplo o VIH/SIDA, garantir a sustentabilidade do meio ambiente, fomentar uma associação mundial para o desenvolvimento. Apesar das dificuldades está-se a cumprir algumas metas, fruto da sensibilização da necessidade que há em reduzir a pobreza e estabelecer prioridades e 'estilos' no momento de fomentar o progresso económico e social dos países menos desenvolvidos.

Entre essas questões a abordar destacamos a análise aos conceitos de ‘Identidade’, de ‘Cultura’ e de ‘Comunidade’ (comunidade territorial). Sabemos, que o termo identidade [3] pretende o desenvolvimento de uma consciência subjectiva pelo qual o indivíduo se considera membro de uma colectividade e/ou de uma cultura. É este sentido de pertença do ‘Eu’, em situações diferentes no decurso do tempo. Trata-se, pois, do vínculo que o indivíduo estabelece com um património sócio-cultural concreto, com as raízes comunitárias e com uma maneira própria de estar no mundo. Ora bem, tudo isto implica uma educação e uma aprendizagem da ‘Cultura’, que permita a integração identificativa do sujeito na comunidade: a aprendizagem da cultura requer tempo e relações dos membros. Antropologicamente a educação apresenta-se com possibilidades formais, não formais e informais, com a instrumentalização da transmissão e identificação cultural das novas gerações.

Falar de identidade cultural ou identidade nacional ou regional supõe arbitrar os sistemas de convivência no social e, simultaneamente, nas capacidades de assimilação e integração. Já não existem regiões, comunidades ou sociedades fechadas no contexto da internacionalização económica (globalização) e da cultura planetária dos novos ‘media’. Haverá que procurar novos sentidos a um velho conceito de ‘Identidade’, que deverá ser sinónimo de interacção, de intercâmbio, de abertura, de cooperação e solidariedade. Por isso, a ‘identidade’ constrói-se mantendo as antigas fidelidades e abrindo ao exterior (lógica de proximidade comunitária), de modo a promover o desenvolvimento, a inovação e as tecnologias em espaços comunitários definidos geograficamente (Erikson, 1974).

Trataremos, pois na nossa reflexão, não só analisar os conceitos que estabelecem uma interacção dinâmica, como são o de ‘identidade’, ‘cultura’ e comunidade’, aprofundando o papel, as relações e as colaborações das autarquias e instituições sociais com outros agentes comunitários no desenvolvimento (local) e inovação, com o tecido empresarial e com as políticas sociais e culturais. Hoje em dia não tem sido objecto de investigações os aspectos determinantes do desenvolvimento, incluindo a vertente tecnológica, de modo a dar rumo ao progresso e à identidade das comunidades territoriais locais ou regionais.

1.- A relação entre ‘Cultura’ e ‘Civilização’

O significado da palavra ‘cultura’ é amplo, já que a sua riqueza semântica pode converter-se numa ambiguidade conceptual, minimizando a sua utilidade [4]. Temos noções de cultura tão amplas e tão rígidas, que algumas delas valem pouco. Desde o ponto de vista antropológico, a cultura abarca tudo, desde formas de ser e estar do indivíduo, aos hábitos e costumes de consumo e de se comportar. A cultura integra artes e de dimensão popular. Isto é, a palavra ‘cultura’ pode conceber-se como a conexão de três significados: cultura no sentido das artes, a cultura como civilidade e vida valiosa (cidadania) e a cultura como sentido e estilo de vida social (os recursos sociais são elementos constitutivos do pensamento humano). Estes elementos são essenciais quer para a sobrevivência do ser humano como para a sua realização existencial (Bauman, 2001 e 2003).

Hoje em dia, a indústria cultural detém um papel importante na produção de bens de consumo das populações, de tal modo que a cultura se converteu num tema do nosso tempo ao integrar-se no processo geral de produção de bens, e ao evidenciar o valor político da cultura (Zijderveld, 1972).

[3] - A ‘identidade’ (latim ‘identitas’ significava o carácter de que é o mesmo, característica de que não tem diferenças, nem variantes) no sentido filosófico refere-se ao princípio de identidade ‘o que é, é’, o ‘que não é, não é’ (Parménides) e em termos lógicos significa a relação que deve ter os conceitos ou proposições e as condições que deverá cumprir.

[4] - O conceito de cultura significava no latim ‘cultivo’ (aplicado depois à agricultura e ao culto), tendo sido utilizado em várias línguas, por exemplo: na alemã (século XVIII) significava os factos intelectuais, artísticos e religiosos; na francesa significava os ideais e metas materiais e espirituais do homem e dos grupos sociais (equivalente à civilização); e na inglesa significava os valores culturais da arte, da filosofia e da religião. Numa visão integrada, sabemos que há naquele conceito um sentido social.

A conhecida distinção entre formas residuais, dominantes e emergentes de cultura é um bom reflexo do que queremos enfatizar. O ‘choque de civilizações’, com a influência da cultura na política e na economia variam segundo os períodos temporais em que nos situemos. Historicamente parece que as causas fundamentais dos conflitos internacionais são também de teor cultural (religioso, diferenças entre civilizações), já que o desenvolvimento político e económico, no dizer de U. Beck (1998), está enraizado nessas diferenças culturais. Daí, que a ‘cultura’ e as identidades culturais estão a modelar os padrões de coesão, de desintegração e de conflito no mundo actual. Não é nossa intenção fazer uma análise exaustiva do conceito de ‘cultura’ e de ‘civilização’, mas, em síntese, podemos associar a ‘cultura’ aos seguintes significados:

- À forma e ao estilo de vida de uma população;
- Ao desenvolvimento da civilidade e ao legado de uma população;
- Ao aperfeiçoamento individual;
- À instrução/educação recebida por uma pessoa (percurso educativo);
- À s ideias e aos valores tradicionais, ao conjunto de produtos da cultura e ao cultivo dos objectos naturais;
- A um padrão de significados transmitidos historicamente;
- À mentalidade colectiva (massas ou de elite);
- Aos diversos âmbitos susceptíveis de ser cultivados (cultura física, intelectual, moral, especializada, técnica, artística, científica, espiritual, etc.);
- Ao sistema de símbolos e significados próprios de cada cultura; etc.

Por outro lado, o significado do conceito de ‘civilização’ abrange: o conjunto de costumes moderados (civilidade e urbanidade) próprios do homem urbano, em contraposição aos costumes rústicos; a fase histórica que reflecte o desenvolvimento superior em relação com o progresso e o desenvolvimento social das populações; a entidade cultural mais ampla do grupo humano que integra tanto o sentido material da realização como o sentido técnico e espiritual; como sinónimo de cultura no sentido etnográfico mais amplo que integra o conhecimento, as crenças, a arte, os costumes, as leis, a moral e outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem; e a associação humana mais perdurável que tem continuidade histórica através das mudanças políticas, sociais, económicas e ideológicas.

De facto, o sinónimo de ‘civilização universal’ (confluência da humanidade num conjunto de valores, crenças e práticas) e de ‘civilização mundial’ deve ser entendida como o conjunto de pautas de consumo e de cultura popular (ocidental) – ‘civilização globalizada’.

Para além dos conceitos indicados está ainda o conceito de ‘educação’ que adopta a forma de uma ferramenta cultural que serve para formar pessoas, cidadãos que podem e devem melhorar o progresso material e espiritual de uma determinada sociedade. Sabemos que a educação e a cultura não são só dois âmbitos da realidade susceptíveis de serem administrados (local, comunitário ou regional) são duas criações humanas independentes com especial significado para a formação de especialistas, pois, quando a educação se converte numa tarefa de todos, teremos que falar de mudança cultural, que hoje em dia é gerida com certa profissionalidade. Por isso, cultura, identidade, educação, civilização e ‘gestão cultural’ são termos que na nossa sociedade tem um vínculo pedagógico e social e, até, político importante (Stoer, Cortesão & Correia, 2001).

É óbvio que pensamos globalmente e actuamos localmente, e é, neste princípio que devemos pensar o desenvolvimento local, mantendo as ‘identidades’, através de um conjunto de políticas culturais com estratégias de ‘glocalização’ que vão ao encontro das novas necessidades de ócio e cultura que as pessoas devem dispor hoje em dia.

Por conseguinte, assistimos ao crescimento das cidades com premissas de desenvolvimento diferentes nas últimas décadas. As cidades e as aldeias ou populações estão chamadas a exercer um novo protagonismo (aldeia global, metrópole individualizada de aprendizagem, ou

simplesmente, cidades educativas e/ou aldeias educativas) sendo centros: territoriais de dinamismo económico, tecnológico e empresarial (sistema global); de inovação cultural, de criação de símbolos e de investigação, de processos estrategicamente decisivos para a ‘Inovação – Desenvolvimento - Tecnologia’; de poder político e de decisão; de conexão do sistema mundial de comunicação – TIC, de sistemas de comunicação estruturada, de sistemas de informação e, ainda, dos grupos sociais concentrados em nós próprios.

Por conseguinte, a relação entre a cultura e a cidade/aldeia educadora reforça a necessidade de territorialização socioeducativa, da oferta cultural, patrimonial e ambiental, desde a qualidade, a eficácia e a eficiência organizativa, o que implica coordenar e distribuir tarefas, actividades e recursos mais qualificados.

2.- A identidade: ideia – força do nosso tempo

Ao analisarmos o conceito de identidade, servimo-nos da ideia expressa pelo sociólogo Z. Bauman, na sua obra clássica ‘A cultura como praxis’ e, ainda, numa outra mais recente ‘Sociedade individualizada’ (2001), para reforçarmos essa intensa atenção dada hoje à questão da identidade (s), que constitui em si mesmo um facto cultural de grande importância. É possível ir mais longe nesta ideia de Bauman, pois a identidade converteu-se numa ideia força do nosso tempo, associada a outras noções, por exemplo, a ‘cultura’ e a ‘comunidade’. De facto, “Identidade (s)– Cultura (s) – Comunidade (s)” são expressões de grande difusão semântica, com sentidos e conotações teóricas e práticas diversas, de tal forma que o sentido clássico de Tönnies de comunidades com linhas divisórias (fronteiras), foram sendo eliminadas na prática nos últimos tempos (Tourraine, 1997). Coincidimos com J. Young (‘The Exclusive Society’) que ao derrubarmos a ideia ‘comunidade’ inventámos a de ‘identidade’.

Se tomamos como ponto de partida estes pressupostos a identidade goza de um predicado que se converteu pouco a pouco na substituição da comunidade (lugar natural, de enraizamento), que deixou de ser um lugar privatizado e individualizado, velozmente globalizador para ser como um refúgio acolhedor de segurança e confiança (Bauman, 1991)). Esta ideia desenvolvida por Berger numa obra ‘Um mundo sem lar. Modernização e consciência’ (1979) em que a sociedade moderna é caracterizada como incapaz de proporcionar um lar (sentimento de sentir-se em casa) a um homem/mulher que por razões antropológicas necessita de pertencer a alguma ‘comunidade de sentido’ (pertença) – construir a ‘identidade’ (através da leitura, literacia, acção dos agentes educativos, o papel da escola, das bibliotecas, do livro, das livrarias e livreiros/editoras, etc.).

Efectivamente, o problema da identidade é um problema universal que levanta algumas questões, por exemplo:

Quem sou eu? A que grupo/comunidade pertença? Com que valores e formas de vida me identifico?

Estas e outras questões relacionam-se com o tipo de sociedade em que estamos. Por vezes (passagem da modernidade à nova modernidade ou pós-modernidade) há crise (s), rupturas de identidade (s), dificuldades de construir a identidade estável e sólida no marco social e cultural (Anderson, 1991).

Logicamente que a identidade e as questões afins (por exemplo, a explosão de identidades culturais na sociedade actual, a política de identidade (s), a proliferação de movimentos sociais, os tipos de cultura geracional, ...) não podem deixar de ser analisadas sociológica, filosófica e pedagogicamente (Beck & Beck-Gernsheim, 1995b: 32-38).

Na verdade, os processos de modernização das sociedades avançadas vão repercutindo na formação e no carácter da identidade, nos modos de viver e de estar dos seres humanos e, por vezes, esses processos dependem das transformações económicas, políticas, sociais e culturais que convergem para a sociedade da informação (globalização) (Szkudlarek, 1993).

Reconhecemos que sociologicamente se considera a identidade do sujeito como um facto problemático, devido a aspectos estruturais que tiveram que ver com a sociedade moderna, que favoreceu o fenómeno de cisão e privatização da identidade, originando movimentos reactivos de rebeldia, cujos defensores procuram superar a crise de ‘identidade(s)’ inserindo o eu na ‘comunidade’, onde se sacrifica a autonomia em benefício do sentido de pertença. Muitos destes argumentos, excepto os de Bauman (2001), enfermam por não terem uma perspectiva histórica que admita que o mundo não é um bloco homogéneo, mas que há etapas que afectam de forma diversa a concepção e a formação da ‘identidade(s)’, situando nelas os factores políticos, económicos, sociais e culturais que contribuíram a desencadear o processo de privatização da ‘identidade’, através de movimentos comunitários. Neste sentido, no dizer de Z. Bauman (2003) encontramos-nos na era da comunidade.

A questão sócio-histórica relacionada com a construção da identidade pessoal e das identidades colectivas é o de distinguir duas fases da modernidade e do capitalismo (capitalismo industrial e burguês e em rede), de maneira a entendermos que factores primordiais desencadearam uma mutação de importância nessa construção, seja no plano individual (trabalho, família), seja no plano colectivo (nação, religião) (Giddens, 1993).

Podemos aceitar que a sociedade converteu-se progressivamente muito instável e imprevisível o que implica que a ‘identidade’ seja cada vez mais fragilizada e instável. Não se trata que seja altamente individualizada, reflexiva e diferenciada (Berger, Berger e Kellner, 1979; Berger e Luckmann, 1997), mas que não perda a continuidade.

No após II Guerra Mundial se começou a difundir a ‘crise de identidade’, aludindo-se ao estado de confusão que sentia um doente quando perdia o sentido pessoal de ‘ser mesmo ele’ (Erikson, 1974: 16-20) e com continuidade histórica. Z. Bauman (2001: 101-104) considera que a identidade pós moderna é uma identidade baseada mais na arte de esquecer e de desmantelar que de construir gradualmente ao longo da vida no indivíduo. Todos os riscos se privatizam e o indivíduo enfrenta o mundo sozinho e desarmado, por exemplo na perda de emprego, como se fosse um problema pessoal (Beck, 1998).

De facto, esta situação de desamparo e de isolamento provocado pela intensidade do processo de individualização condena o sujeito a uma ‘solidão do ego’ (Beck, 1995: 40). Muitos sujeitos não são capazes de se enfrentar ao ‘medo da liberdade’ (E. Fromm) e lançam-se para velhos ou novos comunitarismos que tem como atracção a promessa de acabar com a agonia da escolha, suprimindo a própria escolha, pois a actual ‘privatização de ambiguidade’ é acompanhada por sentimentos tribais e fundamentalistas (Bauman, 2001: 83-85).

Por outro lado, ao nível das identidades colectivas, os velhos termos ‘Estado – Nação’ e a ‘religião convencional’ estão em crise devido às novas formas de comunitarismo. É o caso da perda de fiéis nas igrejas tradicionais por incapacidade de satisfazerem as novas necessidades e a atenderem às novas exigências o que faz florescer numerosos movimentos religiosos que oferecem aos seus seguidores uma ‘prática de pertença’ e de ‘auto-definição’ ou ‘auto-descobrimento’, por vezes acompanhada, no dizer de Bernice Martín (1981: 220-222), com a perda da individualidade ou dando uma ‘identidade monolítica’.

3.- Estruturas económicas do desenvolvimento

A discussão sobre as diferentes teorias contemporâneas do desenvolvimento, que se difundiram a partir da II Guerra Mundial, tem merecido muitas reflexões no âmbito económico e social (Bustelo, 1998: 303-312). Sabemos que, hoje em dia, se analisa os fracassos do desenvolvimento em termos teóricos (binómio: desenvolvimento e capital humano), pois as ideias dos economistas e dos filósofos políticos, mesmo quando são correctas ou equivocadas, têm um poder maior do que pensamos à primeira vista. Parece que na prática somos reféns de algum

economista ou filósofo defunto ou pelo poder e pelos interesses, que vão sendo cada vez mais exagerados que a intrusão das ideias.

A reflexão sobre a estrutura da economia do desenvolvimento e do pensamento económico sobre o desenvolvimento enquadra-se sinteticamente nas cinco principais famílias teóricas, que de forma resumida são: as teorias da modernização (por exemplo, a teoria das etapas de Rostow) e as teorias neo-marxistas, antes da década dos 90 do século passado; e, depois dessa década, as teorias neo-liberais, as teorias neo-estruturalistas e as teorias alternativas. Actualmente, apesar de algumas polémicas, sobrevivem e gozam de boa saúde no mundo das ideias e das políticas económicas as teorias neo-liberais, neo-estruturalistas e as ‘alternativas’.

Metodologicamente podemos agrupar didacticamente as teorias da modernização e as neo-liberais no bloco das ‘teorias ortodoxas’ e as teorias neo-marxistas e as estruturalistas no bloco das ‘teorias heterodoxas’, mantendo de forma isolada as ‘teorias alternativas’ (Bustelo, 1998). Por exemplo, Michael Todaro (1988: 120-124), define o ‘desenvolvimento’ como um processo multidimensional, constituído por grandes transformações das estruturas sociais, das atitudes das pessoas (auto-estima) e das instituições nacionais, apostando no crescimento económico, na redução das desigualdades e na erradicação da pobreza, de modo a satisfazer as necessidades básicas e a promover o bem-estar das populações e da comunidade.

As ideias de M. Todaro entrelaçam com o conceito de desenvolvimento humano estabelecido nos diversos Relatórios anuais dos organismos internacionais, desde a década de 90 do século passado, com um especial contributo de Amartya Sen (Prémio Nobel da Economia em 1998), com o seu famoso ‘índice de desenvolvimento humano’. De facto, A. Sen contribui à ‘teoria do desenvolvimento’ com a compreensão do ‘bem-estar’: o que é o bem-estar e quem são os sujeitos do bem-estar (ser humanos). Um incremento no bem-estar faz diminuir a pobreza, a ignorância, a doença e a desigualdade de oportunidades. Apesar da abertura económica contribuir para o desenvolvimento é necessário implementar medidas no âmbito da educação, da saúde e na criação de emprego. O objectivo básico será sempre o de aumentar as capacidades e competências das pessoas.

No cenário das teorias apresentadas e no contexto actual haverá que pensar numa ‘nova economia do desenvolvimento’, que supere a dialéctica do confronto, que marcou a evolução dos diferentes paradigmas e que dificultou o entendimento e o consenso entre elas. É óbvio que o desenvolvimento não será possível enquanto persistirem desajustes económicos. Por isso, a convergência entre as teorias do desenvolvimento, aproveitando os contributos mais adequados, que se poderá estabelecer uma ordem de prioridades ético-políticas.

Na verdade, o desenvolvimento é um processo multidimensional que implica: grandes transformações nas estruturas sociais; das atitudes e mentalidades das pessoas e das instituições nacionais; processos integrados de crescimento económico; redução das desigualdades entre regiões e entre os estratos sociais; e erradicação da pobreza (absoluta). Tudo isto inspirado em três valores fundamentais: o sustento vital (capacidade de satisfazer as necessidades básicas), a auto-estima (ser pessoa e cidadão) e liberdade de poder escolher.

Além destes aspectos mencionados devemos acrescentar o convencimento comunitário ou regional de que a melhoria das populações, das regiões e dos países é possível. Nos últimos tempos o desencanto, as desilusões e a falta de auto-estima das gerações tem sido continuamente frustrante. Esta mentalidade terá que mudar, acreditando-se numa dinâmica de desenvolvimento que possa criar melhores condições de vida, de emprego, de formação e de bem-estar social e de vida.

4.- A cooperação comunitária nos ‘imaginários sociais’

No âmbito da sociologia do cooperativismo há uma série de tipologias aplicadas ao nível comunitário, que historicamente têm evoluído ou adaptado com as mudanças da sociedade e

da economia (Martín, 1981). Pondo de lado o intervencionismo público e privado nas empresas e entidades de tipo cooperativo, encontramos uma heterogeneidade desta perspectiva, que configura ‘imaginários sociais diferentes’ (conjunto de coordenadas), tais como:

- Cooperativismo com uma visão religiosa e ideológica: sociologismo utópico de Fourier, Owen; catolicismo e cooperativismo agrário; os ‘kibutz’ em Israel; o protestantismo e as comunidades de ‘Menonita’, ‘Hutterites’, etc.
- Cooperativismo como instrumento de um regime, como formula empresarial em redes de controlo social, político e ideológico: empresas colectivas na antiga URSS, as comunas na China, em Cuba, Nicarágua, Argélia e Venezuela; no âmbito industrial a autogestão da antiga Jugoslávia; cooperativismo nacionalista, etc.
- Cooperativismo de desenvolvimento endógeno e de acção colectiva que se apoia em factores estruturais e conjunturais, ao nível territorial, histórico, cultural, demográfico, etc.), como formula cooperativa de dar respostas a muitos problemas locais.
- Cooperativismo e desenvolvimento territorial (industrial e comercial) com a criação de cooperativas e de escolas profissionais abertas à formação profissional e social, acções de formação (reciclagem, actualização e aquisição de novas competências). Trata-se de um Projecto comum para se enfrentar a problemas comuns, devido às impossibilidades financeiras, de modo a facilitar o desenvolvimento comunitário, promoção de projectos cooperativos de investimento, com uma gestão e administração responsável e com o apoio das câmaras e autarquias.
- Cooperativismo e desenvolvimento rural: cooperativas ao nível local e regional com actividades industriais, comerciais e de serviços e num marco sócio-geográfico definido.

O ‘imaginário empresarial’ existente no mercado, que é descentralizado, permite a liberdade para escolher e decidir, utilizando conhecimentos relevantes e os recursos de mais-valia (propriedades intelectuais ao nível empresarial). Pretende-se uma imagem de cooperação forte de mercado (por exemplo, os produtores de agro-pecuária na Dinamarca e Alemanha), com um exercício comercial e industrial adaptado às exigências de competitividade. Haverá, pois, que evitar uma imagem de cooperação débil (mercado), por exemplo o sector têxtil em que a descentralização produtiva e a industrialização difusa constituem estratégias para a produção ou, ainda, as condições precárias, financeiras e estruturais de muitas empresas.

É possível estabelecer um esquema teórico compreensivo da diversidade territorial, comunitária, apoiando-nos na cooperação transfronteiriça, na promoção de unidades económicas comunitárias. Os habitantes, no âmbito socioeconómico, têm umas regras e normas públicas (ordem social) e os agentes locais e regionais (com influência) constituem a realidade social, com um sistema de prioridades e crenças em acção. É, isto, que designamos ‘imaginário social’, em que o cooperativismo constitui uma explicação da ordem social na acção dos actores e agentes (realidade social).

O imaginário social da cooperação e participação assenta mais no contexto (comunidade territorial e as condições territoriais e culturais com um desenvolvimento organizativo que ultrapassa os limites espaço geográfico, com identidade e líderes sociais de diversos âmbitos) e empresarial (dinâmica de mercado, oportunidades de desenvolvimento empresarial e profissional, formação de directivos e profissionais, movimento cooperativo por sectores fundamentais) (Morales Gutiérrez, 2004: 47-51).

O modelo de ‘comunidades territoriais’ pode ser atractivo para estudos empíricos para melhor compreensão da realidade territorial circunscrita. A legitimidade e a visibilidade são pontos fulcrais de ordem sociais cooperativos (valores cooperação: igualdade, auto-ajuda, solidariedade, democracia, transparência, equidade, responsabilidade social interna), assim como,

os princípios (abertura, autonomia, gestão democrática, interesse, educação/formação).

As forças de ajustamento estão na dimensão temporal e decisória perante as necessidades socio-económicas, destacando a doutrina comunitária, o contexto cultural, o mercado e o controlo/gestão e a intervenção. Assim, o desenvolvimento comunitário terá uma visão do processo e das problemáticas do desenvolvimento e inovação, desde a perspectiva espacial, numa acção global de todos os actores e agentes da comunidade ou região (Bruni, 1999; Giddens, 1993).

5.- As autarquias como instrumentos de participação e responsabilização

Todos sabemos que a globalização actual estabelece uns âmbitos de programação e de poder que se escapam ao controlo democrático real da sociedade. Assim, em qualquer âmbito de desenvolvimento estamos dependentes de critérios comunitários e de políticas de prioridades e de produção (por exemplo, na área agrícola e de produção leiteira), como é o caso da União Europeia (Comissão Europeia, Banco Central Europeu), do Fundo Monetário Internacional e das decisões do Grupo dos Nove, que determinam as pautas económicas, enquanto às actividades, à produção, no acesso aos bens e serviços, custo do dinheiro, défice público, gasto social, pensões e educação e saúde. De facto, o sistema vigente na sociedade mantém um discurso global, apoiado na competitividade, no benefício a curto prazo, na rentabilidade, na qualidade, no consumismo, etc. (Bustelo, 1998; Touriñan, 1999).

Neste contexto, falar de autarquias no desenvolvimento económico da sociedade pode parecer sarcasmo. Os processos de mundialização, de inter-relação e de comunicação trans-nacional apresentam respostas diversas, mas interessantes, que reivindicam as suas próprias raízes históricas e culturais, de reafirmação da importância da comunidade local (territorial), do que é específico no âmbito geográfico. Trata-se de um conjunto de respostas de teor cultural, que pode ser uma autodefesa perante a expansão da globalização, com componentes económicas e sociais que geram formas diversas de pensar e actuar nos agentes sociais.

Muitos programas europeus falam de medidas de ‘diversificação’ para contraporem s desmantelamentos na produção que se gera, querendo converter as comunidades locais em artesãos e servidores turísticos e pouco mais. Pouco se analisa as potencialidades do ‘território local’, da importância de uma economia que parta desde a comunidade (local, regional), que a valorize frente às políticas sectoriais que a degradam ou a asfixia. Esta forma de agir constitui uma corrente de democratização para o desenvolvimento que, pensando no global actua em concreto (local), de modo solidário, equilibrado e sustentável. É aqui que as autarquias se convertem em instrumentos de participação activa (Morales Gutiérrez, 2002: 63-69).

A contradição entre a corrente baseada na ‘globalização’ e a corrente apoiada no concreto, no local/regional e/ou territorial, quer ao nível cultural, como económico, social e educativo, parece ser mais aparente, pois ninguém se opõe às vantagens da comunicação e das relações entre as regiões, os povos e os países.

É desde uma opção universalista ou internacional que defendemos uma concepção democrática das relações humanas, da história e da (s) cultura (s). Compreendemos nessa contradição os argumentos dos que defendem uma concepção de monopólio de poder (centralização, semi-centralização de sectores e serviços) e os que apostam por uma distribuição mais equitativa do poder, numa descentralização ou territorialização, pluralidade e diversidade. Nesta visão de descentralização democrática, de equilíbrio entre o global necessário e o concreto, que as autarquias, o poder local, como instituições próximas aos cidadãos, que geram espaços integradores de todas as políticas, colocando as pessoas como protagonistas e como centros de actividade económica e cultural (Soysal, 1994).

As autarquias podem abordar no marco das políticas globais, o diagnóstico comunitário das principais debilidades ou dificuldades, as possibilidades e as oportunidades ou ameaças ao

nível comunitário (local, concelhio, regional). E a forma de o fazer é através de uma metodologia participativa e integrada, onde intervenham as associações, os colectivos, os utentes, os técnicos, os empresários e as diferentes administrações implicadas. Esta virtualidade dos Planos Comunitários em que os diversos serviços (educativos, sociais, económicos, médico – sanitários e assistenciais, de emprego, etc.) apresentem propostas de consenso, a partir dos contributos dos utentes, técnicos e administradores.

Um dos aspectos de défice, de maior relevância, é o referente á formação, em que as autarquias deviam intervir mais e de forma eficaz. Sabemos que há zonas com elevado insucesso e abandono escolar, fruto da ‘crise’ ou das remodelações do sistema educativo que não captam o interesse dos jovens para a sua formação (social e profissional). Cremos que as experiências mistas de ‘educação/formação’ e ‘emprego’, as escolas profissionais, as oficinas de estágio e de emprego formativo, entre outras, têm que ser revistas pois continua a haver défices formativos nos jovens. Daí a necessidade de uma estratégia formativa (conselhos de educação) que pense no ‘emprego’ e nas ‘pessoas’, que passe pelas autarquias, numa gestão integrada e de planificação estratégica sobre a realidade presente e as possibilidades de futuro.

Na nossa perspectiva caberá analisar as seguintes estratégias ao nível das autarquias:

- As Câmaras Municipais, através dos conselhos municipais de educação e dos Agrupamentos de Escola devem ter uma intervenção mais activa nos Projectos Educativos e Projectos Curriculares de Escola, introduzindo aspectos curriculares locais/regionais, endógenos, no âmbito dos serviços ao cidadão, da economia, dos costumes, da realidade social, etc. Trata-se de um itinerário formativo destinado a conhecer melhor o envolvimento cultural, social e económico.
- As autarquias devem ter possibilidades reais de intervenção nos módulos formativos de ‘formação profissional’, enquadrado num plano global que tenha em conta o plano estratégico dos municípios ao nível do desenvolvimento e das possibilidades reais de desenvolvimento local/regional.
- As autarquias devem ser gestores de toda a formação não formal nas instituições formativas, que articulam as orientações do Ministério da Educação com o Ministério do Trabalho e Segurança Social. O plano estratégico dessa gestão deve estabelecer critérios e prioridades, dos conteúdos curriculares, de homologação de competências e de acreditação e certificação dos cursos.
- Plano estratégico formativo que integre os âmbitos regulamentados da formação e da formação não formal orientados para a empregabilidade, para a capacitação e realização pessoal e social, ao nível cultural, da saúde e das relações humanas.

Actualmente a linguagem economicista não nos permite compreender as actividades desenvolvidas ao nível local. A economia deve estar ao serviço das pessoas. Sabemos que as mudanças económicas são mais rápidas que as educativas. Por vezes, a adaptação às ‘leis de mercado’ leva a uma desadaptação das pessoas e empresas, pois o sistema competitivo selecciona o que é mais útil. Os sistemas formativos cumprem um papel de amortecimento dos efeitos do sistema económico. A ‘cultura’ é o âmbito ‘transversal’ que abrange todos os comportamentos, as actividades, as perspectivas de desenvolvimento.

As autarquias podem fomentar uma cultura alternativa à que prevalece actualmente nos conceitos economicistas. Por exemplo, a protecção do ambiente passa por uma visão austera no consumo da água e dos recursos naturais, que se confronta com a visão privatizada que estimula o consumo como negócio; ou a recolha selectiva do lixo, da sua reciclagem e reutilização, a arquitectura urbana, o cuidado com os espaços urbanos, naturais e patrimoniais, etc. Há necessidade de converter as pessoas em protagonistas e ao ‘território local’ (comunidade) como algo elementar ao bem-estar, confrontando com o crescimento económico especulativo e explorador dos recursos naturais locais.

A cultura da autonomia pessoal e da auto-responsabilidade e co-responsabilização, frente à dependência dos subsídios, como por exemplo o gerar políticas activas de emprego, ou ao nível da saúde dos cuidados primários e básicos. As autarquias devem promover acções que façam sentir o cidadão como um elemento interventor e propiciar planos estratégicos de desenvolvimento que envolvam todos os agentes sociais (empresários, sindicatos, associações, cooperativas, agentes educativos e culturais, etc.). Sabemos que as autarquias são empresas locais importantes no emprego e no capital que mobilizam. Podem actuar estabelecendo as pautas formativas e culturais adequadas que proporcionem o acesso ao emprego dos colectivos com mais dificuldades, favorecendo empresas de inserção, valorizando as ofertas sociais junto das empresas, etc. Tudo isto, deverá implicar um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável, um acesso aos bens materiais, como por exemplo a habitação, uma visão mais solidária com as comunicações e transportes, uma qualidade de vida centralizada nos espaços de cultura e recreação e na conservação da natureza e do património cultural, monumental e artístico.

É óbvio que as autarquias ao estarem próximas ao cidadão são as que mais se expõem às deficiências de funcionamento e à falta de transparência na gestão. Por isso, devem na sua actividade económica e administrativa, reflectir a cultura da participação e da transparência, tendo mecanismos de controlo participativo.

Sabemos que as autarquias tem uma papel preponderante face aos processos de: globalização versus descentralização, como instrumentos de participação, com planos comunitários (metodologia integrada e participativa), com estratégias formativas pensando no emprego e nas pessoas, no desenvolvimento económico e social (cultura) e com intervenção directa na economia local ou regional (Rodríguez, 2000). É desta maneira que se deve criar sinergias, nas regiões e comunidades territoriais, como uma necessidade premente, para impedir o esvaziamento dos recursos, a desertificação populacional e ambiental de muitas das nossas regiões interiores (Morales Gutiérrez, Chaves y Monzón Campos, 2004: 66-70).

6.- O papel das comunidades territoriais ao nível local/regional

Vivemos num mundo que nos afigura globalizado (globalização cultural e económica), quase sempre só em função da velocidade de transmissão de dados de informação financeira e social. Os meios de comunicação de dados permitem fazer rodar os capitais a velocidades cada vez maiores. Tudo faz que pensemos erradamente que a actuação de cada um de nós deve ser global, desprezando o 'local' (comunidade), onde tudo existe e onde se pode fazer mais e melhor porque sabemos com maior rigor e certeza o que nele/a existe.

De facto, se a actividade de cada um de nós deve ser pensada globalmente, também deve se concretizar em actuações locais, que mostrem a sua adequação ao 'real' concreto das comunidades, sejam elas nacionais, transfronteiriças ou comunidades territoriais. É na comunidade local onde fazemos as nossas intervenções, pois é onde vivemos habitualmente, onde produzimos bens e serviços e onde os consumimos. De facto, estamos inseridos numa cadeia de 'valor local'. Se esta for global, não terá tantos ganhos e implicações locais, por isso haverá que aproveitar as forças produtivas, os recursos, as instituições, as empresas, que radicam ao nível local, pois todos contribuem ao desenvolvimento da comunidade territorial.

São estas ocasiões de ganho que não podem deixar de ser usadas. Porquê? A vida é feita em algum lugar e esta lógica de aproximação leva-nos a intervir conjuntamente para que o futuro aconteça melhor e de forma partilhada ao nível cultural e social e, simultaneamente ao nível comercial – vector do desenvolvimento.

Sejamos optimistas na defesa de estratégias competitivas apoiada na localização das empresas, na divulgação de uma cultura que cada vez é mais uma partilha de costumes, tradições e línguas ao nível territorial, regional ou comunitário.

Teremos que reflectir no conceito de competitividade e de competição num espaço, num

território ou comunidade/região. Trata-se de um espaço definido geograficamente, onde há uma cultura própria, um conjunto de empresas e instituições organizadas que devem unir-se em cluster ou aglomerado (criação da comunidade territorial), que tenha na localização um processo de cooperação e de competição, de mobilidade e parcerias, criando vantagens competitivas de cada um e de todos.

Estou convicto que é na criação de comunidade locais e regionais que irão surgir as vantagens competitivas, alicerçadas e potencializadas pelas respectivas autoridades locais (municípios/autarquias, juntas de freguesia), as instituições sociais e culturais e pela acção das organizações empresariais, que podemos estruturar as actuações empresariais competitivas. As vantagens locais destas comunidades (parcerias estabelecidas) são o ponto de partida para a conquista de mercados num mundo global e par uma melhor formação cidadã. É, por isso, que só as estratégias vencedoras com base em opções excludentes de uma qualquer diversificação excessiva de empresas, já que desta forma só se dispersam as forças locais que aí existem em quantidade sempre diminuta e muito limitada no seu âmbito (economia local).

Reconhecemos que algumas empresas conseguem competir com actuações próprias, fugindo ao embate com as grandes empresas dos sectores em que competem, aproveitando 'nichos' não aproveitados nas estratégias das grandes empresas. É aí onde se deve desenvolver as inovações (associadas à inclusão das tecnologias e à formação profissional, criando 'mais valias') em que não são acompanhadas pelas outras empresas, apostando na diferença (Torre García y Conde Viéitez, 1998).

Por outro lado, as empresas globais têm sempre uma localização competitiva e é assim que se associam a um cluster definido geograficamente (aglomerado territorial específico, sector). Por isso é ao nível local onde ganham e obtêm forças para competir solidamente num mundo global. Para que isto aconteça é necessário a meu ver que as empresas construam estratégias de globalização, com os pés bem assentes numa localização dada (comunidade territorial) para que consiga não só ao nível cultural como principalmente ao nível económico e empresarial actividades produtivas, socialmente mais vantajosas para todos.

A dispersão e a consequente deslocalização de uma qualquer e primitiva localização (cultural, económica), tende a diluir as suas forças e a fazer a erosão das vantagens competitivas, prejudicando as capacidades de competir. São atitudes de prudência que devem estruturar o processo de definição de estratégias empresariais. Isso permite antever que as empresas locais têm sempre algumas vantagens em relação às empresas globais.

Nesta definição de comunidade é preciso definir bem o 'local' e o âmbito 'global' em que se quer competir. É necessário posicionar bem as actividades e os recursos. Temos, assim, a aposta numa localização e nas vantagens competitivas territoriais que podem defender os 'clusters' ou aglomerados, onde as diversas empresas locais podem estruturar as suas relações com os fornecedores e clientes. Aí, é com base na qualidade, na qualificação e no 'marketing cultural' que se ganha a satisfação de uma clientela exigente e a ligação estreita com os fornecedores, que é possível ganhar uma consistente capacidade competitiva para vencer num mundo global, em que a informação impregna e valoriza a cadeia de valor, alterando as logísticas de entrada e saída, dando-lhe maior racionalidade.

É neste enquadramento, que se torna importante a educação e a cultura como modo de entender, fruir e competir um mundo global, onde o acesso à informação as mudou parcialmente. A realidade física/geográfica continua a ser um estrangulamento ou uma vantagem. Tudo depende da forma como nos relacionamos com a comunidade local para a tornar uma vantagem competitiva. É esta vantagem de dominarmos as comunidades locais, como lugares de uma cultura específica e de uma ecologia própria onde nos inserimos, que moldam o nosso carácter e a fisiologia como produtores e consumidores. Estas comunidades locais territoriais podem, através das ajudas e das acessibilidades, radicalizar as pessoas que nelas vivem.

Creio que estas comunidades são um valor não só de intercâmbio, de mobilidade de bens e produtos, mas também um valor a preservar na criação de vantagens competitivas, onde a boa

organização (seja ambiental, cultural, empresarial) poderá beneficiar as populações limítrofes destas regiões vizinhas transfronteiriças. As desvantagens podem transformarem-se em vantagens. Para tal necessitamos de uma atitude positiva, que entenda a criação de novas estratégias de competitividade como modo de enfrentar os problemas.

A eficácia operativa constrói-se com base num conjunto de técnicas de gestão, de programas/projectos (nível cultural, empresarial, ambiental, etc.) que assentam na gestão da qualidade, mesmo sabendo que pode não ser uma vantagem competitiva durável. Por isso as vantagens competitivas locais/territoriais a que me refiro só podem vir das 'inovações' (implica desenvolvimento), da introdução das novas tecnologias (implica progresso tecnológico) e das respectivas opções excludentes. São estas que alteram o rumo da empresa e da região, tirando-a de uma competição em que faz sucessivas racionalizações, mas em que não cria um valor bem diferente para que fique ao abrigo de uma qualquer racionalização de uma empresa ou região concorrente. As opções excludentes são, assim, a escolha de caminhos produtivos em que não têm competidores.

É preciso inovar e fazer opções estratégicas claras e excludentes de quaisquer outras formas de competição. O posicionamento estratégico num mercado global, numa cultura global é por isso essencial. Toda a competitividade resulta de uma localização estratégica assente em ganhos de sinergias obtidas através de um aglomerado ('cluster' de comunidades), baseada na inovação, na qualificação e formação dos seus profissionais, que crie barreiras à entrada e novos concorrentes.

Esta ideia tem os seus riscos, mas tem o aliciante e a determinação de valorização dos recursos locais, comunitários e regionais, que podem ser desde as infra-estruturas, aos conhecimentos, ao clima e ambiente, às matérias-primas, ao intercâmbio cultural e desportivo e às vantagens estratégicas decorrentes de uma determinada posição geográfica, duma cultura partilhada e dum intercâmbio de produtos entre regiões, incluindo as transfronteiriças. As medidas de requalificação assente em empregos, rendimentos e riqueza, tragam valor às zonas transfronteiriças e as projectem como um 'local' de criação de sinergias.

Devemos defender e desenvolver a cultura transfronteiriça. Neste campo da cultura haverá que criar uma política de acessibilidades culturais e recreativas (projectos, programas), em rede permitindo a comunicação transfronteiriça inserida nas potencialidades que dá a sociedade da informação. Desenvolver mecanismos sociais da divulgação cultural e a sua facilitação de uso, apoiando as pessoas com mais dificuldades nesta zona. O desenvolvimento social (urbano) desta região/comunidade transfronteiriça deve estruturar as ligações entre os diversos pólos sociais. A função da informação é de criar e reintroduzir no sistema social comunitário as ideias que estruturam projectos viáveis de desenvolvimento local.

Algumas sugestões: Evolução e Desafios

Partindo da análise histórica e cultural, entre as regiões ou as comunidades territoriais locais, podemos superar os equívocos ou diferenças, geradas pela incompreensão na forma como se fez ou se faz o processo de desenvolvimento e inovação. Há que contabilizar os diversos pontos em comum, nos diversos sectores, dos que podem ser as estratégias das mudanças e do intercâmbio (Beck, 1995 e 1998).

A recente evolução das políticas e, em particular das políticas económicas à escala global, não nos permite ser optimistas na aplicação prática de critérios de educação para o desenvolvimento (Borja y Castells, 1999). Contudo, é nossa convicção apostar num conjunto de princípios determinantes capazes de dinamizar o desenvolvimento local, tais como:

- O desenvolvimento humano (recursos humanos qualificados) como ponto de partida para um desenvolvimento com equidade nas diferenças, isto é, dar mais

oportunidades educativas/formativas, maior atenção médico-sanitária, criar mais emprego, etc.

- Um desenvolvimento humano sustentável: compatibilidade com a reprodução dos desequilíbrios dos ecossistemas.
- A dimensão comunitária (multicultural) das diferenças: a geografia humana.
- A luta contra as bolsas de pobreza no quadro do desenvolvimento local e regional: plano estratégico na erradicação da pobreza.
- Necessidade de um plano estratégico integrado de desenvolvimento ao nível comunitário (local, regional, nacional), implicando nele todas as forças económicas e grupos sociais.
- A importância do tecido institucional (sector público e privado) e empresarial, como promotores do desenvolvimento, num quadro legal a nível local e regional.
- Necessidade de estabilidade económica (plano económico nas comunidades territoriais) e crescimento económico, concretamente nos custos humanos e ambientais de programas de reajuste de desenvolvimento ao nível regional.
- O papel crucial da demografia e das migrações (internas e externas) que podem ser ameaças ao desenvolvimento comunitário, mas que podem ser evitadas por novas condições de trabalho e de vida.
- Necessidade de um enfoque sistémico (inovação, desenvolvimento e tecnologia) e de aproximação interdisciplinar na sociologização dos elementos sociais, culturais, políticos, económicos, antropológicos, etc.
- Novos valores e atitudes (mentalidades) nas organizações e nos profissionais, de modo a contribuírem para uma ética do desenvolvimento: criar na comunidade e nas pessoas o desejo social e cultural de querer desenvolver-se.

A operacionalidade das ideias de desenvolvimento e o combate a alguns obstáculos a sua concretização são aspectos importantes ao nível estratégico. A estratégia do desenvolvimento assenta não só em parcerias, na construção e melhoria das vias estruturantes, que unificam as estratégias dos seus agentes sociais e culturais, mas fundamentalmente nas atitudes locais/regionais na defesa e desenvolvimento da cultura de uma região ou comunidade concreta, incluindo a criação de redes de comunicação propícias ao progresso e ao bem-estar das respectivas populações beneficiadas.

Uma outra reflexão que deixamos é o das relações entre a escola e a comunidade (sistema de parcerias, partenariado) (Canário, 1999: 42-43), sabendo que a educação desenvolve sujeitos que não devem ser concebidos como individualidades isoladas. Os seus efeitos repercutem-se na sociedade e, por isso, não são propriedades da escola, dos professores, dos empresários e dos pais ou dos governos. A escola para realizar as suas funções necessita de apoios da comunidade, já que ela é um agente de serviços dessa mesma comunidade. O desenvolvimento democrático da sociedade implica um compromisso com a educação / formação, como uma tarefa conjunta de todos os actores. Apostamos numa educação como responsabilidade ínter e multicultural, entendida desde uma pedagogia de proximidade e de alteridade (Bauböck, 2007: 96-98; Kymlicka, 2001: 38-45).

Em suma, pensamos, que se deve criar sinergias, nas comunidades territoriais (regionais), como uma necessidade premente, para impedir o esvaziamento dos recursos, a desertificação populacional e ambiental de muitas das nossas regiões interiores. É partindo da análise histórica e cultural, entre as regiões e comunidades limítrofes, que podemos superar os equívocos ou as diferenças, gerados pela incompreensão da forma como se fez ou se faz o processo de desenvolvimento e de inovação, tornando mais clara a discussão das relações entre as diversas comunidades. Há que contabilizar os diversos pontos em comum dos diversos sectores e instituições, para se estabelecer as estratégias de mudança e de intercâmbio dos recursos.

Bibliografía

- ANDERSON, B. (1991). *Imagined Communities*. (2.^a ed.). N. York: Verso
- AUDIGIER, F. (1999). *L'éducation à la citoyenneté*. Synthèse et mise en débat : Paris : INRP
- BAUBÖCK, R. (2007). 'Quiénes son los ciudadanos de Europa?' *Vanguardia Dossier*, 22, pp. 95-99
- BAUMAN, Z. (1991). *Modernity and Ambivalence*. Cambridge: Polity Press
- BAUMAN, Z. (2001). *La sociedad individualizada*. Madrid: Cátedra
- BAUMAN, Z. (2002). *La cultura como praxis*. Barcelona: Paidós
- BAUMAN, Z. (2003). *Comunidad. En busca de seguridad en un mundo hostil*. Madrid: Siglo XXI
- BECK, U. (1995). *Ecological enlightenment. Essays on the Politics of risk Society*. Atlantic Highlands: Humanities
- BECK, U. (1998). *Qué es la globalización ? falacias del globalismo, respuestas a la globalización*. B. Aires: Paidós
- BECK, U. & BECK-GERNSHEIM, E. (1995a). *The Normal Chaos of Love*. Cambridge: Polity Press
- BECK, U. & BECK-GERNSHEIM, E. (1995b). 'Individualization and precarious Freedoms: Perspectives and Controversies of a subject Oriented Sociology'. In Heelas, P.; Lash, S. & Morris, P. (Ed.s), *Detraditionalization*. (pp. 23-48). Oxford: Blackwell
- BERGER, P.; BERGER, B. & KELLNER, H. (1979). *Un mundo sin hogar. Modernización y conciencia*. Santander: Sal Terrae
- BERGER, P. & LUCKMANN, T. (1997). *Modernidad, pluralismo y crisis de sentido*. Barcelona: Paidós
- BORJA, J. y CASTELLS, M. (1999). *Local y global. La gestión de las ciudades en la era de la información*. (3.^a ed.). Madrid : Taurus
- BRUNI, L. (coord.) (1999). *Economía de comunión. Por una cultura económica centrada en la persona*. Madrid: Ciudad Nueva Madrid
- BUSTELO, P. (1998). *Teorías contemporáneas del desarrollo económico*. Madrid: Síntesis
- CANÁRIO, M.^a Beatriz B. (1999). 'Parcerias educativas e relação escola/comunidade'. *CADERNOS de Educação de Infância*, n.º 52, pp. 42-44.
- ERIKSON, E. H. (1974). *Identity, Youth and Crisis*. London: Faber & Faber
- GIDDENS, A. (1993). *Consecuencias de la modernidad*. Madrid: Alianza
- KYMLICKA, W. (2001). *Politics in the Vernacular. Nationalism, Multiculturalism and Citizenship*. Oxford: University Press
- LUHMANN, N. (1986). *Love as passion: The Codification of Intimacy*. Cambridge/Mass.: Harvard University Press
- MARTIN, B. (1981). *A Sociology of Contemporary Cultural Change*. Oxford: Basil Blackwell
- MARTINIELLO, M. (1997). *Sortir des guettos culturels*. Paris: Press de la Fondation Nationale des Sciences Politiques
- MATTELART, A. (1998). *La mundialización de la comunicación*. B. Aires: Paidós
- MORALES GUTIÉRREZ, A. C. (2002). 'El imaginario social de la participación y el modelo cooperativo como arquetipo empresarial tipo 'O''. *Revista del CIRIEC*, 40 (Abril), pp. 43-72
- MORALES GUTIÉRREZ, A. C.; CHAVES, R. y MONZÓN CAMPOS (ed.s) (2004). *Análisis económico de la empresa autogestionada*. València: CIRIEC-España
- PINTOS, J. L. (1995). *Los imaginarios sociales. La nueva construcción de la realidad social*. Madrid: Sal Terrae
- RODRÍGUEZ, Leopoldo J. C. (2000). 'Educación y Desarrollo'. *Revista de Educación*, n.º 322, pp. 211-246
- SMITH, A. D. (1991). *National Identity*. London: Penguin

- SOYSAL, Y. N. (1994). *Limits of Citizenship, Migrants and Postnational Membership in Europe*. Chicago: University of Chicago
- STOER, S., CORTESÃO, L. & CORREIA, J.A. (org.s) (2001). *A transnacionalização da educação: da crise da educação à 'educação' da crise*. Porto: Edições Afrontamento
- SZKUDLAREK, T. (1993). *The problem of freedom in postmodern education*. Westport: Bergin and Garvey
- TORRE GARCÍA, A. De la y CONDE VIÉITEZ, J. (1998). *El desafío del cambio tecnológico. Hacia una nueva organización del trabajo*. Madrid: Tecnos
- TOURAINÉ, A. (1994). *Qué es democracia?* Madrid: Temas de Hoy
- TOURAINÉ, A. (1997). *Podremos vivir juntos?* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica
- TOURINÑAN, J. M. (1999). 'Globalización, desarrollo y políticas regionales de IDT'. In *Seminário Internacional sobre Cooperación al Desarrollo*. Murcia: Caja de Murcia
- THUAL, F. (1995). *Les conflits identitaires*. Paris : Marketing
- TODARO, M. (1988). *El desarrollo económico del Tercer Mundo*. Madrid : Alianza
- ZIJDERVELD, A. (1972). *The Abstract Society. A Cultural Analysis of our Time*. Harmondsworth: Penguin

Contacto

Ernesto Candeias Martins
Instituto Politécnico de Castelo Branco
Escola Superior de Educação
Rua Prof. Faria de Vasconcelos
6000-226 Castelo Branco
ernesto@ese.ipcb.pt